CADERNOS do APLICAÇÃO
Pesquisa e Reflexão em Educação Básica

https://seer.ufrgs.br/CadernosdoAplicacao
ISSN 2595-4377 (online)
Porto Alegre | v. 35 | n. 1 | jan.-jun. 2022
DOI: https://doi.org/10.22456/2595-4377.119925

>> Temática Especial

O espaço físico em sala de aula e as adaptações curriculares para alunos com deficiência do Ensino Fundamental: um repensar necessário

Claudia Nakanichi*
Débora Inácia Ribeiro**

Resumo:

Este estudo objetivou pontuar a necessidade de se repensar a estrutura dos sistemas educacionais acerca da gestão de sala de aula e a do aprendizado para atender aos alunos com deficiência que hoje frequentam a escola regular do Ensino Fundamental. A fundamentação teórica pautou-se nos autores expoentes da Educação Inclusiva: Glat e Blanco (2007), Mantoan (2003), Mantoan e Prieto (2006), Prieto (2007), Renders (2006). A investigação adotou a abordagem qualitativa com objetivo descritivo e estudos correlatos com pesquisa em bases de dados: PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia), SciELO (Scientific Electronic Library Online), Periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia). Os resultados indicam que são muitas as dúvidas que perpassam a reestruturação dos sistemas educacionais, desde a gestão de sala de aula à do aprendizado, mas as demandas em sala de aula hoje requerem a quebra do currículo padrão e de adaptações curriculares para atender a contento esse público, além de um trabalho articulado entre o professor de ensino regular e o da Educação Inclusiva. Assim, a gestão da sala de aula, do conhecimento e do espaço físico devem ser adaptados para que esse alunado avance em sua aprendizagem.

Palavras-chave:

Adaptações curriculares. Alunos com deficiência. Escola regular. Ensino Fundamental. Educação Inclusiva.

* Mestre em Educação pela Universidade de Taubaté – UNITAU (2021), doutoranda no Programa de Doutorado Acadêmico em Educação na Universidade da Cidade de São Paulo (UNICID). Professora da Sala de Leitura da Prefeitura Municipal de São José dos Campos – SP. E-mail: cnakanichi@gmail.com. ORCID iD: https://orcid.org/0000-0001-6054-0568.

** Doutora em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2018), mestre em Desenvolvimento Humano pela Universidade de Taubaté – UNITAU (2013). Professora no Departamento de Psicologia da UNITAU e Pesquisadora no Núcleo de Estudos de História da Cultura, Sociedades e Mídias da Universidade Presbiteriana Mackenzie. E-mail: deborari@hotmail.com. ORCID iD: https://orcid.org/0000-0002-3287-6889.

The physical space in the classroom and the curricular adaptations for students with elementary school disabilities: a necessary rethinking

Abstract:

This study aimed to point out the need to rethink the structure of educational systems about classroom management and learning to assist students with disabilities who now attend regular elementary school. The theoretical foundation was based on the authors exponents of Inclusive Education: Glat and Blanco (2007), Mantoan (2003), Mantoan and Prieto (2006), Prieto (2007), Renders (2006). The investigation adopted the qualitative approach with descriptive objective and related studies with research in databases: PePSIC (Electronic Journals in Psychology), SciELO (Scientific Electronic Library Online), CAPES Journals (Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel) and IBICT (Brazilian Institute of Information in Science and Technology). The results indicate that there are many doubts that permeate the restructuring of educational systems, from classroom management to learning, but the demands in the classroom today require the breaking of the standard curriculum and curricular adaptations to meet the ***s****atisfaction of this audience, in addition to an articulated work between the regular teacher and the Inclusive Education teacher. Thus, the management of the classroom, knowledge and physical space must be adapted for this student to advance in their learning.*

Keywords:

Curricular adaptations. Students with disabilities. Regular school. Elementary school. Inclusive Education.

El espacio físico en el aula y las adaptaciones curriculares para estudiantes con discapacidades de primaria: un replanteamiento necesario

Resumen*:*

Este estudio tuvo como objetivo señalar la necesidad de repensar la estructura de los sistemas educativos sobre la gestión del aula y el aprendizaje para ayudar a los estudiantes con discapacidades que ahora asisten a la escuela primaria regular. El fundamento teórico se basó en los autores exponentes de la Educación Inclusiva: Glat y Blanco (2007), Mantoan (2003), Mantoan y Prieto (2006), Prieto (2007), Renders (2006). La investigación adoptó el enfoque cualitativo com objetivos descriptivosestiónios relacionadcomcon la investigcomión en bases de datos: La investigación adoptó el enfoque cualcomtivo con objetivos descestión y estudios recomionados con la comvestigación en bases de datos: PePSIC (Revistcom Electrónicas en Psicología), SciELO (Biblioteca Electcomnica Científica en Línea), Revistas Capes (*Coordinación para la Mejora del Personal de Educación Superior) e IBICT (Instituto Brasicom*ño *de Información en Ciencia y Tecnología). Los resultados indican que son muchas las dudas que impregnan la reestructuración de los sistemasestiónivos, desde la gestión del aula hasta el aprendizacom, pero las commandas en el aula hoy en día requierenestiónura del currículo estándar y las adaptaciones curriculares para satisfacer la satisfacción dcomeste* público, *además de un trabajo articulado entre el docente habitual y el docente de Educación Inclusiestión, se debe adaptar la gestión del aula, el conocimiento y el espacio* físico *comra que este alumno avance en su aprendizaje.*

Palabras clave:

Adaptaciocom curriculares. Estudiantes con discapacidades. Escuela regular. Escuela primaria. Educación Inclusiva.

Introdução

O estudo aqui intitulado: "O espaço físico em sala de aula e as adaptações curriculares para alunos com deficiência: um repensar necessário" constitui-se em um dos aspectos a serem considerados quando se discute o processo inclusivo nas escolas de ensino regular.

Um dos conceitos mais importantes de uma escola inclusiva, entendido por autores expoentes da Educação Inclusiva: Glat e Blanco (2007), Mantoan (2003, 2013), Mantoan e Prieto (2006), Prieto (2007), Renders (2006) é de que a instituição escolar deve contemplar todos os discentes sem distinção.

Apesar de a legislação vigente (BRASIL, 2008) zelar pela educação de qualidade para todos os discentes, há a imprescindível urgência de se focar em uma reestruturação dos sistemas educacionais, desde a gestão de sala de aula à gestão do aprendizado para não se deixar o público-alvo da Educação Especial à margem na instituição escolar.

Ademais, "a educação sendo direito de todos" (BRASIL, 1988, n. p.), direito esse já preconizado pela Constituição, e uma vez estabelecido, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) — Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) —, que a educação de pessoas com deficiência deve dar-se preferencialmente na rede regular de ensino, os sistemas educacionais foram incitados para um repensar de valores e fundamentos a fim de atender aos alunos com deficiência, modificando-se, adequando-se, prevendo-se também uma remodelagem do espaço físico desses alunos nas escolas e de adaptações curriculares das quais eles necessitam para que se possa atendê-los a contento.

Assim,

> [...] considerar a diversidade e dignidade humana, as diferenças culturais [...] relativas à pessoa com deficiência, construir um conceito de desenvolvimento inclusivo, pensar o mundo em padrões universais a partir da diferença são reflexões que contribuem para a construção de uma cultura inclusiva[...]. (RENDERS, 2006, p. 31).

Leva-se tempo para se modificar e se adequar? Sim, leva-se tempo, mas há que se considerar que, apesar das tentativas de se segregar novamente os alunos com deficiência em escolas especiais dos demais estudantes (BRASIL, 2020), hoje, a escola pública atende e recebe os discentes com deficiência em salas de aula regular, realidade, esta, corroborada por dados do Anuário Brasileiro de Educação Básica (BRASIL, 2021) mostrado a seguir:

Figura 1 – Evolução de Matrículas na Educação Básica de alunos com deficiência de 2010 a 2020 no Ensino Fundamental

Matrículas

Número de alunos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, em classes comuns e classes especiais – Brasil – 2010 e 2020

Por etapa de ensino

	Classes Comuns		Classes Especiais + Escolas Especializadas		Total	
	2010	2020	2010	2020	2010	2020
Educação Infantil	34.044	102.996	35.397	7.742	69.441	110.738
Ensino Fundamental	416.959	878.681	180.842	146.618	597.801	1.025.299
Ensino Médio	32.233	165.227	1.349	1.430	33.582	166.657
Educação Profissional	1.096	5.971	683	235	1.779	6.206
Educação Básica	484.332	1.152.875	218.271	156.025	702.603	1.308.900

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

Fonte: Dados do Anuário Brasileiro de Educação Básica (BRASIL, 2021).

Em virtude do elevado número de matrículas de alunos com deficiência no Ensino Fundamental mostrado na imagem acima, há, indubitavelmente, a urgência em garantir a esse alunado um ensino de qualidade, quer seja através de uma reorganização dos sistemas escolares por meio de adaptações curriculares, quer seja por meio de um novo olhar sobre o espaço físico nas instituições escolares para esse público.

Uma das autoras expoentes na área da Educação Inclusiva, sobre o processo de inclusão nas escolas e sua reorganização, pontua:

> Mais do que demonstrar, tenho procurado reconstruir, tijolo por tijolo, como uma obra de restauração minuciosa e ciosa de sua importância, a organização do trabalho pedagógico, das grandes linhas aos seus menores detalhes — ou seja, dos princípios, dos valores [...] às atividades e iniciativas que brotam do cotidiano escolar. Estamos "ressignificando" o papel da escola com professores, pais, comunidades interessadas e instalando, no seu cotidiano, formas mais solidárias e plurais de convivência [...]. (MANTOAN, 2003, p. 8).

O apontamento assertivo de Mantoan (2003) — a importância de ressignificar o papel da escola como um todo — é confirmado por outro autor exponencial na área da Educação Inclusiva:

> [...] não poderemos educar na diversidade sem mudar a educação. Contudo, essa mudança tem duas frentes fundamentais: conseguir que, pela educação institucionalizada, sejamos capazes de ajudar os alunos a crescerem e se desenvolverem como pessoas, facilitando-lhes a aquisição de habilidades básicas [...] tanto de autoconhecimento, de autonomia pessoal e de socialização e facilitar que, nas instituições escolares, tenham lugar e reconhecimento todas as diferentes capacidades ritmos de trabalho, expectativas, estilos [...] de aprendizagem, motivações, [...], valores culturais de todos os meninos, meninas e adolescentes. Adaptar o ensino à diversidade dos sujeitos que convivem nas instituições educativas não é tarefa simples, e o êxito nos resultados dependerá em grande medida da capacidade de agir autonomamente, tanto por parte dos professores como da comunidade e dos alunos e alunas sujeitos desse processo. Devemos refletir, compartilhar e superar velhos discursos. A heterogeneidade, a individualização e o trabalho coletivo com a participação da comunidade educativa são os três ângulos do mesmo triângulo. [...] A escola deve abrir suas portas e derrubar muros. [...] Trata-se, "simplesmente", de romper o monopólio do saber, a posição hegemônica da função socializadora, por parte dos professores, e constituir uma comunidade de aprendizagem no próprio contexto [...]. (IMBERNÓN, 2000, p. 85).

Em consonância com Imbernón (2000), a adaptação do ensino à diversidade é um processo árduo que prevê uma reconstrução de conceitos já arraigados em substituição a conceitos mais abertos e flexíveis, porém, repensar os velhos moldes das escolas é condição primordial para que os alunos com deficiência evoluam, principalmente, porque se foca em uma etapa da Educação Básica, o Ensino Fundamental, na qual a atenção se volta para a formação básica do indivíduo.

Metodologia

O presente artigo constitui-se em um recorte das discussões acerca do espaço físico em sala de aula e as adaptações curriculares para alunos com deficiência do Ensino Fundamental, apresentadas na dissertação intitulada: "Percepções e práticas pedagógicas das professoras regentes alfabetizadoras dos anos iniciais acerca da inclusão: um estudo de caso em escola pública municipal do Vale do Paraíba – SP" (NAKANICHI, 2020) e caracteriza-se por ser um estudo de natureza aplicada a partir da abordagem qualitativa.

Ademais, este estudo é uma compilação bibliográfica, no qual se utiliza como procedimento técnico a pesquisa bibliográfica "desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos" (GIL, 2002, p. 50). Em um primeiro momento, emprega-se neste artigo as referências da disciplina Educação Inclusiva e Diversidade do Programa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Taubaté (UNITAU).

Já, em um segundo momento, demarcam-se os estudos correlatos ao tema para a elaboração da dissertação supramencionada com pesquisa nas bases de dados: PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia), SciELO (Scientific Electronic Library Online), Periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia). Para a seleção dos trabalhos científicos, foram utilizados os seguintes descritores e suas combinações na língua portuguesa: classe comum do Ensino Fundamental, NEE (Necessidades Educacionais Especiais), Anos Iniciais, sendo uma dissertação no IBICT e dois artigos nos Periódicos da Capes elencados para análise. O recorte temporal foi do período de 2009 a dezembro de 2019. Vale mencionar que nenhum estudo das bases PePSIC e SciELO articularam-se com critérios de inclusão e exclusão deste recorte de estudo sobre o espaço físico de sala de aula e as adaptações curriculares para os discentes com deficiência.

Diante do exposto, apresenta-se a seguir as discussões acerca do espaço físico de sala de aula e das adaptações curriculares para os estudantes com deficiência no Ensino Fundamental, a partir das pesquisas coletadas, articulando-as com os autores exponenciais da área da Educação Inclusiva.

Resultados e discussão

Em sala de aula, atualmente, sabe-se que o docente deve abarcar uma série de habilidades e competências para que o processo ensino-aprendizagem ocorra de maneira satisfatória.

Tomando-se por base que a pedagogia consiste em um grupo de ações que o professor executa no âmbito de suas funções de instrução e educação de um grupo de alunos em um contexto escolar, com a finalidade de se manter uma certa ordem para que ocorra o aprendizado, faz-se imprescindível que o professor tenha comportamentos que propiciem essa organização com seus discentes.

Assim, a gestão da classe, dos comportamentos é posição central em sala de aula. O professor deve exercer, segundo Gauthier, Bissonnette e Richard (2014), duas funções de suma importância em sala: "gestão dos aprendizados", certificando-se de que os diversos elementos da matéria sejam aprendidos e dominados e se responsabilizar pela "gestão da classe", organizando grupos, o espaço físico da sala de aula, estabelecendo regras de convivência, repudiando determinados comportamentos que desarmonizem o grupo.

Shulman (1986) reitera que o professor não deve ignorar essas suas funções do ensino se pretende ser eficaz: a gestão dos conteúdos e a gestão da sala de aula, concordando com Gauthier, Bissonnette e Richard (2014).

Marzano, Pickering e Pollock (2008) salientam um terceiro componente de uma pedagogia eficaz. É o currículo, que complementa os dois outros elementos já apontados por Shulman (1986) e Gauthier, Bissonnette e Richard (2014). O currículo exerce, sem dúvida, uma influência determinante no aprendizado dos alunos e é importantíssimo que o programa seja bem construído.

No tocante a esses três elementos: gestão da classe, gestão dos conteúdos e currículo, há que se fazer adaptações para atender aos alunos com deficiência em salas de aula regulares.

Se a diversidade é inerente à natureza humana, fala-se, portanto, de um ensino que atenda às diversas necessidades que os alunos apresentam.

> O acompanhamento e uma intervenção diferenciada, coerentes com o que (os alunos) desvelam, tornam necessária a observação do que vai acontecendo. Não se trata de uma observação desde fora, mas de uma observação ativa, que também permita integrar os resultados das intervenções que se produzam. Portanto, [...] parece mais adequado pensar em uma organização que favoreça as interações em diferentes níveis: em relação ao grupo-classe, quando de uma exposição; em relação aos grupos de alunos, quando a tarefa o requeira ou o permita; interações individuais, que permitam ajudar os alunos de forma mais específica [...]. (ZABALA, 1985, p. 90).

Dessa maneira, torna-se favorável a possibilidade de observação, um dos pontos da intervenção e a plasticidade, ou seja, uma possibilidade de intervir de forma diferenciada às necessidades dos alunos (ZABALA, 1985).

Essa possibilidade de intervir de forma diferenciada apontada por Zabala (1985), articula-se diretamente com as adaptações curriculares que são trabalhadas com os alunos com deficiência em salas de aula regulares que indicam uma nova dimensão do currículo formal e prescritivo, daquele que se trabalha com todos os alunos.

Em virtude do apontamento efetuado por Zabala (1985), as adaptações curriculares constituem-se como oportunidades educacionais que proporcionam aos alunos com deficiência o acesso não ao currículo-padrão e à aprendizagem dos conteúdos escolares dados aos demais alunos (ROSSETO, 2005; OLIVEIRA, 2008).

Em outras palavras,

> [...] o significado de adaptação curricular ou acessibilidade curricular referem-se a toda e qualquer prática organizada intencionalmente no ambiente escolar pelos sujeitos envolvidos no processo educativo, que favoreçam a inclusão escolar, a aprendizagem dos alunos, a participação nas atividades acadêmicas e extracurriculares, a permanência no ambiente escolar, o avanço nos demais níveis de ensino e contribuam, principalmente, para o desenvolvimento emancipatório desses alunos [...]. (FAVACHO; TEIXEIRA; JÚNIOR, 2021, p. 8).

Ter um currículo adaptado às necessidades dos alunos não é uma opção para a escola, é, antes, um direito que deve ser garantido ao aluno, direito já preconizado na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), pois as adaptações curriculares caracterizam-se como respostas educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional, de forma a favorecer a todos os alunos, dentre eles, os alunos com deficiência que hoje frequentam as salas de aula regulares.

Diante disso, quebra-se a barreira do currículo-padrão, em contraposição, especifica-se e estrutura-se um caminho que norteia a prática pedagógica por meio de um replanejamento desenvolvido pelos professores das salas de ensino regular e pelos docentes da Educação Inclusiva que devem trabalhar de maneira colaborativa em prol do processo ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência.

A ausência de articulação entre os docentes regentes de turmas e os professores referências do Atendimento Educacional Especializado (AEE) foi pontuada na pesquisa de Veríssimo (2017), em que ela sinalizou em seu estudo que as docentes regentes demonstraram dificuldades em trabalhar com as atividades adaptadas aos alunos com deficiência, uma vez que essas atividades não haviam sido planejadas em conjunto com os professores da Educação Especial. Assim, a interação entre os docentes do AEE e os professores regentes de turmas de salas de aula regular é de suma importância para um trabalho exitoso com os discentes com deficiência, quer seja pela reorganização do espaço físico em sala de aula, quer seja pelas adaptações curriculares que possam atender as especificidades pedagógicas dos alunos com deficiência.

Portanto, em uma visão de maior amplitude, para lidar com a diversidade existente em uma sala de aula, os educadores precisam

> [...] ter uma visão crítica do que está sendo exigido de cada aluno. Apesar de os objetivos educacionais básicos para todos os alunos possam continuar sendo os mesmos, os objetivos específicos da aprendizagem curricular podem precisar ser individualizados para serem adequados às necessidades, às habilidades, aos interesses e às competências singulares de cada aluno [...]. (STAINBACK S.; STAINBACK, W., 1999, p. 241).

Este aspecto crítico do que está sendo requerido por cada aluno com deficiência é essencial para que os discentes sejam correspondidos em suas particularidades acadêmicas ou pedagógicas. O não cumprimento em relação a isso poderá resultar em uma segregação dentro de uma sala que pretende ser inclusiva ou que prevê "passos precursores de um processo inclusivo" (NAKANICHI, 2020, p. 7).

É necessária também, como já fora apontado, uma adaptação das atividades, a fim de explorar determinadas potencialidades em determinados alunos, aquelas que eles ainda não possuem, através de trabalhos em grupo, a saber, determinando para cada grupo de alunos um/ou mais objetivos e uma/ou mais atividades que irão atender às necessidades em comum dos mesmos; é possível também propiciar aos alunos diversos meios para o alcance de um mesmo objetivo, portanto, valorizando e evidenciando suas competências/habilidades (STAINBACK S.; STAINBACK, W., 1999).

Além disso, em investigações relativamente recentes, como, por exemplo, nas pesquisas de Rodrigues (2013) e de Zerbato (2014) os professores se destacaram por apresentar planejamento aberto e flexível das aulas, um trabalho conjunto e em parceria, organização do processo ensino/aprendizagem com utilização de adequações curriculares, valorização das diferenças e motivação dos alunos para conseguir uma predisposição favorável para aprender ratificando o que disseram Stainback S. e Stainback W. (1999).

Seguindo a mesma linha de raciocínio de Stainback S. e Stainback W. (1999), Rodrigues (2013) e Zerbato (2014), entende-se que aceitar a diversidade possui muitas e complexas implicações:

> [...] facilitar a flexibilidade curricular, mudar a cultura da instituição e das estruturas educativas, superar a cultura do individualismo, [...] por uma cultura do trabalho compartilhado, estabelecer e favorecer relações pessoais entre os professores, a comunidade e os alunos, criando espaços adequados de convivência, oferecendo uma ação tutorial compartilhada e potencializando vitais experiências de ensino-aprendizagem, [...] considerar a educação como a possibilidade de que todas as pessoas trabalhem segundo suas necessidades e suas potencialidades, [...] e, por último, considerar a diversidade não como uma técnica pedagógica ou uma questão meramente metodológica, mas como uma opção social, cultural, ética e políticas que as equipes de professores e professoras e todas as pessoas que se dedicam à educação devem assumir, que irão decidir e definir que aspectos da diversidade é preciso atender, como agir diante dela, com que recursos, quando e até quando devem fazê-lo, opções que se verão refletidas através de sua ação educativa cotidiana [...]. (IMBERNÓN, 2000, p. 86).

Assim, há que se pensar em uma reorganização escolar em uma visão macro, no tocante às mudanças sociais, culturais, e éticas a fim de que, de fato, as ações do dia a dia na escola possam atender a um público com características e necessidades educacionais especiais.

Afinal, a escola mudou, o que se deve explicitar hoje são os meandros por meio dos quais os docentes realizam ativamente e criticamente a aprendizagem, em um reajuste interno que ocorre a cada momento (PIAGET, 1977), diante de um grupo heterogêneo de discentes.

A realidade que está posta é de que os alunos com deficiência estão na sala regular atualmente, o que se requer, então, é a proposta de trabalhar a pessoa do educador, em consonância com uma percepção pedagógica afetiva, ética, solidária, agindo cooperativamente e propondo, na medida do

possível, a construção de um trabalho em equipe no qual a corresponsabilidade consciente entre os docentes permeie as ações do grupo em prol de um ensino de qualidade (PERRENOUD, 2000).

A fim de que tais propósitos tornem-se uma realidade e de que sejam cada vez mais numerosos os educadores que compartilham essa visão mais solidária e cooperativa, a instituição educativa precisa construir uma atitude de intercâmbio e troca de experiências, de projetos e ideias abertas ao novo, qualquer atitude contrária a isso, resultaria em uma escola fechada em si mesma com uma prática em sala de aula ineficaz (IMBERNÓN, 2000).

A diversidade deve abrir caminhos para um trabalho conjunto transformador, não deve se reduzir a simples intervenção educativa, mas transpor o âmbito da aula e da instituição, o que pode se constituir em um enriquecimento e crescimento pessoal para todos os envolvidos no contexto escolar. Assim, quanto mais aberta e flexível for a escola, mais os alunos com deficiência terão a ganhar e se beneficiar.

Em contraposição, a ausência de troca de experiências entre os docentes e o receio de experienciar o novo, não conduz a um caminho dinâmico e flexível para trabalhar com os discentes com deficiência que atualmente frequentam as salas de aula regulares.

Dessa forma, a prática em sala de aula hoje pressupõe, portanto, o respeito às diferenças que são inatas à natureza humana, levando-se em conta características e especificidades, um buscar constante por estratégias educativas (um repensar em espaços físicos para os alunos com deficiência e uma quebra do currículo padrão com adaptações curriculares), o que resultaria em uma evolução tanto pessoal quanto profissional da comunidade educativa em sua totalidade.

Considerações finais

Indubitavelmente, são inúmeras as modificações nos sistemas de ensino, são muitas as hesitações e incertezas que perpassam a reestruturação dos sistemas educacionais, desde a gestão de sala de aula e a gestão do aprendizado, mas a reconstrução e as mudanças advindas das necessidades dos alunos com deficiência que frequentam as salas de aula regulares atualmente requisitam a quebra do currículo padrão e de adaptações curriculares para atender a contento aos discentes com deficiência.

Sem essa reestruturação, as escolas acabam por não contemplar as especificidades de cada aluno com deficiência que hoje está na sala de aula regular das escolas. A ruptura do currículo padrão e as adaptações curriculares são, portanto, de suma importância para uma escola que se quer inclusiva ou que dê os primeiros passos para que tal processo se efetive.

É certo que investimentos dos mais amplos são imprescindíveis para que haja uma reestruturação educacional, pois não é suficiente mudar as pessoas para mudar a educação e suas consequências.

É necessário, primordialmente, que se mude as pessoas e os contextos educativos e sociais numa visão de maior amplitude. Dessa maneira, pode-se começar a mudar a realidade que se apresenta, entre elas a valorização da humanidade como ela é de fato: uma infinidade de diferenças, de culturas, de etnias, de conhecimentos, de capacidades, de ritmos de aprendizagem, de habilidades, de competências, uma amplitude de diferenças que define o que é ser humano. Negar essa visão daquilo que define o ser humano e sua característica inata, que é o ser diferente, é negar a própria essência da humanidade, e, consequentemente, negar que se cresce e se evolui com as diferenças.

Diante disso, a gestão da sala de aula, dos conhecimentos, do espaço físico de sala, todos esses elementos devem ser revistos, adaptados, modificados com a participação de todos os atores do cenário escolar a fim de que todos os alunos, sobretudo, os discentes com deficiência em suas especificidades, avancem em seu processo de ensino-aprendizagem.

Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Ministério da Educação; Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 4 out. 2021.

BRASIL. Decreto nº 10.502 de 30 de setembro de 2020. Política Nacional de Educação Inclusiva: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Brasília, DF: Ministério da Educação e do Desporto, 2020. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948#:~:text=1%C2%BA%20Fica%20institu%C3%ADda%20a%20Pol%C3%ADtica,educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20ao%20atendimento%20educacional. Acesso em: 6 out. 2021.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, DF: Ministério da Educação e do Desporto; Secretaria de Educação Especial, 2008. [Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela portaria n. 555/2007, prorrogada pela portaria n. 948/2007, entregue ao ministro da Educação em 7 de janeiro de 2008]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. *Dados do Anuário Brasileiro de Educação Básica 2021*. São Paulo: Todos Pela Educação; Porto Alegre: Editora Moderna, 2021. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/07/Anuario_21final.pdf. Acesso em: 7 nov. 2021.

BRASIL. *Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Ministério da Educação e do Desporto, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 jul. 2021.

FAVACHO, Marcileno de Souza; TEIXEIRA, Sônia Regina dos Santos; JÚNIOR, Orlando Sérgio Pena Mourão. O processo de organização e desenvolvimento das práticas pedagógicas de acesso ao currículo a alunos vinculados à educação especial nos anos finais do ensino fundamental. *Cadernos do Aplicação*, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 1-22, 2021. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/CadernosdoAplicacao/article/view/114047/65060. Acesso em: 9 nov. 2021.

GAUTHIER, Clermont; BISSONNETTE, Steve; RICHARD, Mario. *Ensino explícito e desempenho dos alunos:* a gestão dos aprendizados. Tradução: Stephania Matousek. Petrópolis: Vozes, 2014.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLAT, Rosana; BLANCO, Leila de Macedo Varela. Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva. *In*: GLAT, Rosana (org.). *Educação Inclusiva:* cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007. Disponível em: http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17962/material/Educa%C3%A7%C3%A3o%20especial%20no%20contexto%20de%20uma%20educa%C3%A7%C3%A3o%20inclusiva.pdf. Acesso em: 7 jul. 2021.

IMBERNÓN, Francisco. *A educação no século XXI:* os desafios do futuro imediato. 2. ed. Tradução: Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2000.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. *Inclusão Escolar:* O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan--Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf. Acesso em: 8 out. 2021.

MANTOAN Maria Tereza Egler. *O desafio das diferenças nas escolas.* 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MANTOAN, Maria Tereza Egler; PRIETO, Rosângela Gavioli. *Inclusão escolar:* pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

MARZANO, Robert J.; PICKERING, Debra J.; POLLOCK, Jane E. *Ensino que funciona:* estratégias baseadas em evidências para melhorar o desempenho dos alunos. Porto Alegre: Artmed, 2008.

NAKANICHI, Claudia. *Percepções e práticas pedagógicas das professoras regentes alfabetizadoras dos Anos Iniciais acerca da inclusão:* um estudo de caso em escola pública municipal do Vale do Paraíba – SP. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2020. Disponível em: https://mpe.unitau.br/wp-content/uploads/dissertacoes/2020/Claudia-Nakanichi.pdf. Acesso em: 08 out. 2021.

OLIVEIRA, Ana Augusta Sampaio de. Adequações curriculares na área da deficiência intelectual: algumas reflexões. *In*: OLIVEIRA, Ana Augusta Sampaio de *et al*. *Inclusão escolar:* as contribuições da educação especial. Marília: Editora Cultura Acadêmica, 2008. p. 49-59.

PERRENOUD, Philippe. *Dez novas competências para ensinar.* Porto Alegre: Artmed, 2000.

PIAGET, Jean. Os processos de equilibração: posição dos problemas e hipóteses explicativas. *In*: PIAGET, Jean. *O desenvolvimento do pensamento*: equilibração das estruturas cognitivas. Lisboa: Dom Quixote, 1977. p. 13-60.

PRIETO, Rosângela Gavioli. Professores especializados de um centro de apoio: estudo sobre saberes necessários para sua prática. *In*: JESUS, Denise Meyrelles de; BAPTISTA, Claudio Roberto; BARRETO, Márcia Aparecida Corrêa, VICTOR, Sonia Lopes. *Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2007. p. 281-294.

RENDERS, Elizabete Cristina Costa. *Talking about absence...:* about handicapped people. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2006. Disponível em: http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/353. Acesso em: 6 jul. 2021.

RODRIGUES, Sonia Maria. *A construção de práticas pedagógicas inclusivas em uma escola pública de Belo Horizonte*. 2013. Tese (Doutorado em Educação: Conhecimento e Inclusão

Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-9EFEUX/1/sonia___tese_ufmg_nov._2013__2_.pdf. Acesso em: 7 jul. 2021.

ROSSETO, Maria Célia. Falar de inclusão... falar de que sujeitos? *In*: LEBEDEFF, Tatiana Bolivar; PEREIRA, Isabel Lima e Silva. *Educação Especial*: olhares interdisciplinares. Passo Fundo: UPF Editora, 2005. p. 41-55.

SHULMAN, Lee S. Paradigms and research programs in the study of teaching. *In*: WITTROCK, Merlin C. (org.). *Handbook of Research on Teaching*. 3. ed. Nova York: Macmillan, 1986. p. 3-36.

STAINBACK, Susan.; STAINBACK, William. *Inclusão*: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-935553. Acesso em: 8 jul. 2021.

VERÍSSIMO, Natália Barbosa. *Percepções e práticas pedagógicas de professores regentes dos anos iniciais em relação aos alunos com necessidades educacionais especiais*. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000218321. Acesso em: 7 jul. 2021.

ZABALA, Antoni. *A prática educativa:* como ensinar. São Paulo: Artmed, 1985.

ZERBATO, Ana Paula. *The role of special educators within co-teaching approach*. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/3163. Acesso em: 8 jul. 2021.

Data de submissão: 10/11/2021
Data de aceite: 03/03/2022